



PROCESSO	-
INTERESSADO	CEP
ASSUNTO	Aprovação do Procedimento de Interrupção de Registro de Pessoa Jurídica

DELIBERAÇÃO Nº 19/2019 – CEP-CAU/SC

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/SC, reunida ordinariamente na Sede do CAU/SC, situada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 260, 6º andar, Centro, Florianópolis/SC, no dia 27 do mês de março de dois mil e dezenove, **no uso das competências** que lhe conferem os artigos 91 e 95 do Regimento Interno do CAU/SC, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o disposto no art.9º da Lei 12.378/2010, que faculta a pessoa jurídica que não estiver no exercício de suas atividades, a interrupção de seu registro profissional no CAU por tempo indeterminado;

Considerando o disposto no art. 25 da Resolução nº 28 do CAU/BR, que estabelece a possibilidade de interrupção do registro de pessoa jurídica, nos casos em que em que esta não esteja no exercício de suas atividades e desde que atenda aos requisitos estabelecidos pela Resolução acima mencionada;

Considerando a necessidade de padronizar o procedimento adotado para as interrupções de registro de pessoa jurídica, observando o que dispõe a Resolução nº 28 do CAU/BR e os demais normativos do CAU/BR;

DELIBERA:

1. Aprovar procedimento GERTEC - 001/2019, conforme anexo I desta deliberação, que dispõe sobre a interrupção do registro de pessoa jurídica, observado os Normativos, Resoluções e Deliberações do CAU/BR;
2. Por revogar as disposições contrárias a esta Deliberação;

Com **05 votos favoráveis** dos conselheiros Fabio Vieira da Silva; Everson Martins; Patricia Figueiredo Sarquis Herden; Daniel Rodrigues da Silva e Maurício André Giusti.



CAU/SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

Florianópolis, 27 de março de 2019.

Fabio Vieira da Silva
Coordenador

Everson Martins
Coordenador Adjunto

Patricia Figueiredo Sarquis Herden
Membro Suplente

Daniel Rodrigues da Silva
Membro Suplente

Maurício André Giusti
Membro Suplente

**ANEXO I****Procedimento 001/2019****PROCEDIMENTO PARA INTERRUPTÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA****Justificativa:**

O presente documento tem por objetivo estabelecer o procedimento para a interrupção do registro de pessoa jurídica.

Fundamentação:

A Lei 12.378/2010 prevê em seu art. 9º a faculdade da pessoa jurídica, que não estiver no exercício de suas atividades e desde que atenda as condições regulamentadas pelo CAU/BR, a solicitar a interrupção de seu registro no CAU por tempo indeterminado.

A Resolução nº 28 do CAU/BR dispõe:

Art. 25. É facultada a interrupção, por tempo indeterminado, do registro de pessoa jurídica que não estiver no exercício de suas atividades, desde que atenda às seguintes condições:

II - não possua RRT em aberto;

III - não esteja respondendo a processo no âmbito do CAU.

O inciso I do artigo supracitado foi alterado pela **Resolução nº 121 do CAU/BR** que dispõe:

Art. 3º Serão deferidos, independentemente da existência de débitos:

I – a interrupção do registro prevista no art. 9º da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010;

Parágrafo único. A interrupção e o desligamento de que trata este artigo não extinguem as dívidas do arquiteto e urbanista e nem da pessoa jurídica, as quais serão cobradas administrativa ou judicialmente. (grifo nosso)

A Resolução nº 121 do CAU/BR, no seu art. 2º dispõe:

III – no exercício em que a interrupção do registro do arquiteto e urbanista ou da pessoa jurídica for requerida, a anuidade será calculada em valor proporcional aos duodécimos correspondentes aos meses decorridos no exercício, contados de 1º de janeiro até o mês do requerimento;

IV – ao arquiteto e urbanista e à pessoa jurídica que esteja em dia com suas obrigações pecuniárias perante o CAU, e que solicitar interrupção de registro, será deferido o ressarcimento do valor eventualmente pago a maior, a título de anuidade do exercício corrente, a ser calculado em valor proporcional aos duodécimos correspondentes aos meses restantes do exercício, contados do primeiro mês seguinte ao mês do requerimento até o mês de dezembro do exercício, desde que a interrupção seja deferida;



Procedimento

1. Serão analisados os pedidos de interrupção de registro de pessoa jurídica quando solicitados através do SICCAU da empresa, via cadastro de protocolo correspondente e que atendam aos seguintes requisitos:

a) Que não haja RRTs em aberto ao consultar o SICCAU dos responsáveis técnicos pela pessoa jurídica. Serão considerados para análise apenas os RRTs nos quais a pessoa jurídica figure como empresa contratada.

Considerar-se-ão em aberto, os RRTs sem solicitação de status atendida (baixa, cancelamento ou nulidade); os RRTs sem pagamento, que não tenham sido regularizados ou excluídos; os RRTs que não estejam com a aprovação concluída (RRT extemporâneo e Derivado); ou os RRTs não regularizados (sem todas as taxas necessárias para a sua regularização pagas).

Embora a Resolução nº 91 do CAU/BR em seu Art. 26, Inciso I, determine que a baixa de RRT é facultativa, quando se tratar de atividade técnica de criação e elaboração intelectual, conforme as listadas nos itens 1 e 3 a 7 do art. 3º da Resolução CAU/BR nº 21, de 2012, será solicitada a baixa destes RRTs, uma vez, que a Resolução nº 28 determina que é requisito para a interrupção do registro não possuir Registro de Responsabilidade Técnica em aberto.

Nos termos do artigo 31 da Resolução nº 91 do CAU/BR, comprovada omissão do arquiteto e urbanista em atender à baixa dos RRTs vinculados a pessoa jurídica, esta poderá requerer a baixa junto ao CAU/UF onde o RRT foi efetuado. Sendo o RRT efetuado no CAU/SC, o conselho notificará o arquiteto e urbanista, através do SICCAU, mediante a abertura do protocolo "Baixa de RRT" e será concedido o prazo de 10 (dez) dias para o profissional manifestar-se sobre o requerimento. Após a manifestação do arquiteto e urbanista ou decorrido o prazo concedido sem a sua manifestação, o CAU/SC decidirá sobre a baixa do RRT, firmando sua decisão na análise das informações contidas no requerimento apresentado. Caberá ao CAU/SC, quando julgar necessário, solicitar documentos e informações adicionais, efetuar diligências ou adotar outras providências para fundamentar sua decisão.

b) Que o(s) responsável(eis) técnico(s) tenham realizado a baixa do seu RRT Cargo e Função e anexado o comprovante de desvinculo entre profissional e pessoa jurídica na solicitação de baixa do RRT ou no protocolo de interrupção de registro.

- Nos casos em que o responsável técnico for sócio da pessoa jurídica não será exigido o comprovante de desvinculo, considerando que se trata de interrupção do registro.

- Nos casos em que a vinculação tenha se dado por contrato de prestação de serviços por prazo indeterminado e que o prazo de vigência seja superior a 4 anos, não será necessário apresentar comprovante de desvinculo.



- Nos casos em que a vinculação tenha se dado por contrato de prestação de serviços por prazo determinado e este prazo já tenha sido superado, não será necessário apresentar comprovante de desvinculo.

- Se o responsável técnico estiver com a sua responsabilidade técnica baixada, não será realizada a reanálise do RRT Cargo e Função.

1 Quando o profissional relatar que não foi possível localizar a pessoa jurídica para obter o comprovante de desvinculo, será solicitado ao profissional que comprove a solicitação feita à pessoa jurídica mediante a apresentação de, no mínimo, 03 (três) e-mails, correspondências, dentre outros, enviados à empresa, em períodos distintos, tentando contatá-la e uma declaração assinada pelo profissional afirmando o seu desligamento junto a pessoa jurídica constando a respectiva data. A documentação apresentada será aceita se, após análise do CAU/SC, ficar comprovada as tentativas de contato por parte do profissional com a pessoa jurídica, bem como a validade da declaração unilateral apresentada. Neste caso, a documentação apresentada será encaminhada para apreciação da CEP.

c) Que a pessoa jurídica não esteja respondendo a processo no âmbito do CAU.

2. Cumprido os requisitos acima listados, será verificado se todos os demais protocolos da pessoa jurídica estão com status de arquivado, caso positivo, será dado andamento na solicitação. Caso algum protocolo esteja em aberto, a pessoa jurídica será informada sobre o seu arquivamento e será dada continuidade na solicitação.

Na hipótese, do único protocolo em aberto ser referente a " Notificação de ausência de Responsável Técnico" e o setor de análise for a Fiscalização do CAU/SC, será confirmado com a Regional responsável em que fase está o processo. Constando o processo em qualquer fase anterior ao auto de infração será informado a regional sobre a solicitação de interrupção do registro da pessoa jurídica, e, assim que concluído o procedimento, será solicitado, via e-mail, o arquivamento do processo a Regional correspondente. Salvo se constatado pela fiscalização que a empresa continua em atuação.

3. Não será exigido documentação comprobatória de inatividade da pessoa jurídica, apenas declaração afirmando o não exercício das atividades, conforme determina o tutorial de análise do CAU/BR, publicado no portal RIA em 16/02/2018 (<http://ria.caubr.gov.br/tutorial-baixa-interruptao-e-reativacao-de-registro-de-pj/n>). Será considerado para os devidos fins, como declaração afirmando o não exercício das atividades, a declaração selecionada pela pessoa jurídica no momento do requerimento de interrupção do registro, conforme imagem abaixo:

Declarações

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima

DECLARO que não me encontro exercendo atividades que exijam o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo e que estou ciente sobre a necessidade de reativar o registro para tornar a exercer estas atividades.

¹ Nos casos em que o responsável técnico já estiver com a sua responsabilidade técnica baixada perante a pessoa jurídica não será realizada a reanálise, salvo se algum requisito da alínea "a" ou "c" não tiver sido observado na época da baixa do RRT Cargo e Função.



4. Sendo todos os requisitos acima cumpridos, a solicitação de interrupção do registro de pessoa jurídica será deferida no âmbito da Gerência Técnica e encaminhada para homologação na reunião seguinte da Comissão de Exercício Profissional - CEP- CAU/SC. O período de interrupção será anotado, em até 7 dias úteis após a inserção no SICCAU, no protocolo de requerimento, da data e do documento de decisão de deferimento (deliberação da comissão), tendo como termo inicial a data de cadastro do requerimento. A anuidade será devida até a data de abertura do protocolo conforme art. 2º, inciso III da Resolução 121 CAU/BR.

5. Nos casos em que o protocolo de interrupção de registro da pessoa jurídica for aberto de ofício pelo CAU/SC, ou aqueles que não contiverem a declaração mencionada no item 3 deste procedimento, será solicitado a pessoa jurídica que envie uma declaração em folha timbrada afirmando o não exercício das atividades e contendo a assinatura do responsável legal por ela (Modelo de Declaração disponível ao final do procedimento). Neste, ou nos casos em que o profissional responsável técnico não apresentar o comprovante de desvinculo com a pessoa jurídica, a empresa será notificada via SICCAU e terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para regularização.

A falta de regularização da pendência no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do despacho, acarretará no envio da solicitação para indeferimento na próxima reunião da Comissão de Exercício Profissional - CEP- CAU/SC. Sendo indeferido, a pessoa jurídica será notificada via despacho pelo SICCAU, no qual será informada sobre a decisão e arquivamento após publicação da deliberação correspondente no site do CAU/SC. Perdurando o interesse da pessoa jurídica em realizar a interrupção do registro, esta deverá cadastrar novo protocolo através do SICCAU da empresa.

6. Realizada a análise do protocolo, caso haja RRT pendente, RRT de cargo e função em aberto (configurando responsabilidade técnica ativa) ou processo em aberto no âmbito do CAU, o protocolo será arquivado imediatamente no âmbito da Gerência Técnica, sem necessidade de homologação pela Comissão de Exercício Profissional - CEP- CAU/SC, tendo em vista que não atende ao que foi declarado pelo requerente ao cadastrar a solicitação, conforme segue:

- ✓ Declaro não existir RRTs em aberto;
- ✓ Declaro não estar respondendo a processo no âmbito do CAU;
- ✓ Declaro que não me encontro exercendo atividades que exijam o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo e que estou ciente sobre a necessidade de reativar o registro para tornar a exercer estas atividades.

A pessoa jurídica será informada, via despacho no SICCAU, de que deverá cadastrar novo protocolo solicitando a interrupção após ter regularizado as pendências.

7. O responsável pela análise dos processos de interrupção de registro de pessoa jurídica, verificando a ausência de responsável técnico, nos termos da Deliberação nº65/2018 CEP CAU/SC, deverá, nos casos de indeferimento da solicitação, abrir o protocolo "NOTIFICAÇÃO-AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO", notificando via SICCAU a empresa sobre a ausência e solicitando regularização, além de informar que, decorrido o prazo de 10 (dez) dias sem regularização, o protocolo será encaminhado ao setor de Fiscalização do CAU/SC (DFI), conforme orientação da Comissão de Exercício Profissional –



CEP CAU/SC estabelecida no item 4 da súmula da 8ª reunião ordinária realizada em 28/08/2018.

8. Nos casos em que uma pessoa jurídica denominada “Empresário Individual” solicitar a interrupção de registro de pessoa jurídica, serão seguidos os procedimentos descritos neste documento. No entanto, se a empresa não cumprir os requisitos de interrupção, após o indeferimento nos termos do item 5 deste procedimento, será cadastrado, de ofício, protocolo de “Baixa de Ofício de Pessoa Jurídica” nos termos da Deliberação nº 87/2018 da CEP CAU/BR.

9. Nos casos em que uma empresa contiver em seu objeto social as atividades exclusivamente de incorporação imobiliária e solicitar a interrupção de registro de pessoa jurídica, será seguido os procedimentos descritos neste documento. Entretanto, se a pessoa jurídica não cumprir os requisitos de interrupção, após o indeferimento da solicitação nos termos do item 5 deste procedimento, será cadastrado, de ofício, o protocolo de “Baixa de Ofício de Pessoa Jurídica” conforme Deliberação nº 92/2018 da CEP CAU/BR.

10. Nos itens 8 e 9 deste procedimento, realizada a baixa de ofício amparada nos normativos do CAU/BR, a Gerência Técnica encaminhará à Comissão de Exercício Profissional – CEP CAU/SC os protocolos para ciência.

11. Atendendo ao disposto no § único do art. 3º da Resolução 121 do CAU/BR, nos casos em que a pessoa jurídica cumprir os requisitos para a interrupção do registro, e contiver anuidades em aberto, o protocolo será deferido, independentemente da existência de débitos, e concomitantemente será aberto o protocolo COBRANÇA DE ANUIDADE e encaminhado à Gerência Administrativa Financeira do CAU/SC para cobrança administrativa.

Art. 3º Parágrafo único. A interrupção e o desligamento de que trata este artigo não extinguem as dívidas do arquiteto e urbanista e nem da pessoa jurídica, as quais serão cobradas administrativa ou judicialmente.

12. Os casos omissos deste procedimento serão analisados pela Comissão de Exercício Profissional – CEP CAU/SC.

Recurso

Indeferido o pedido de interrupção de registro de pessoa jurídica pela Comissão de Exercício Profissional – CEP CAU/SC, a Gerência técnica do CAU/SC comunicará a pessoa jurídica sobre a decisão, através de despacho no SICCAU, informando os motivos do indeferimento e da possibilidade de interposição de recurso ao Plenário do CAU/SC no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da comunicação.

Caso a pessoa jurídica não se manifeste dentro do prazo disposto no parágrafo acima, o requerimento de interrupção será arquivado, sendo mantido o registro ativo e retiradas as restrições quanto a emissão de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica.

Interposto o recurso ao Plenário do CAU/SC, a presidência do CAU/SC deverá encaminhá-lo à Comissão de Exercício Profissional - CEP do CAU/SC para que o coordenador da comissão designe o conselheiro membro relator, que apresentará seu relatório e voto



fundamentado para aprovação da Comissão e encaminhamento ao Plenário do CAU/SC para apreciação e deliberação.

Após deliberação do Plenário do CAU/SC, a presidência do CAU/SC comunicará a pessoa jurídica sobre a decisão e, caso tenha sido mantido o indeferimento, deverá informá-lo sobre a possibilidade de interposição de recurso ao Plenário do CAU/BR no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da comunicação.

Interposto o recurso ao Plenário do CAU/BR, a presidência do CAU/SC deverá encaminhá-lo à Presidência do CAU/BR por meio do protocolo SICCAU, contendo todos os documentos do processo de requerimento de interrupção e o ofício de encaminhamento do recurso.

A presidência do CAU/BR, ao receber o recurso interposto, deverá encaminhá-lo à Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR para que o coordenador da Comissão designe o conselheiro membro relator, que apresentará seu relatório e voto fundamentado para aprovação da Comissão e encaminhamento ao Plenário do CAU/BR para apreciação e deliberação.²

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE INTERRUÇÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: _____ nº CNPJ: _____
Telefone e E-mail da Pessoa Jurídica: _____

Conforme Resolução nº 28 do CAU/BR, art. 25:

É facultada a interrupção, por tempo indeterminado, do registro da pessoa jurídica que **não estiver no exercício de suas atividades**, desde que atenda às seguintes condições:

- a) Não possua RRT em aberto;
- b) Não esteja respondendo a processo no âmbito do CAU.

Documentação necessária:

- a) Pedido de interrupção de registro da pessoa jurídica;
- b) Declaração afirmando o não exercício das atividades;

Conforme Resolução nº 121 do CAU/BR, art 3º:

Serão deferidos, independentemente da existência de débitos:

- I – a interrupção do registro prevista no art. 9º da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010;

Parágrafo único. A interrupção e o desligamento de que trata este artigo não extinguem as dívidas do arquiteto e urbanista e nem da pessoa jurídica, as quais serão cobradas administrativa ou judicialmente.

Declare o motivo da solicitação de interrupção de registro pessoa jurídica:

² Considerando a ausência de normativos do CAU/BR referente a possibilidade de interposição de recurso nos casos de interrupção de registro de pessoa jurídica, foi utilizado neste procedimento, subsidiariamente, o disposto na Resolução 167 do CAU/BR. No que se refere aos prazos, foi utilizada a contagem em dias úteis, por aplicação analógica do art.219 do CPC.



CAU/SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

- () DECLARO, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações aqui declaradas.
() DECLARO que a empresa não se encontra exercendo atividades que exijam o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo e que que estou ciente sobre a necessidade de reativar o registro para tornar a exercer estas atividades.

Estou ciente de que a falsidade ou irregularidade desta declaração estão sujeitas às penalidades legais (Código Penal Brasileiro, art. 299) e disciplinares (Resoluções CAU/BR nº 52, de 6 de setembro de 2013, e nº 58, de 5 de outubro de 2013).

Nome do Responsável legal

CPF nº

(Cidade), (data) de (mês) de (ano).